



**PROJETO DE APOIO À  
CONSOLIDAÇÃO  
DO ESTADO DE DIREITO**

# 2.13.3



## SEMINÁRIO FORMATIVO

### Organização e gestão da justiça criminal

Reforço das capacidades e da  
integridade do sistema judicial e  
do sistema de investigação  
criminal

Bissau – Guiné-Bissau, 28 a 30 de outubro de  
2019

Parceiros:



Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.  
e executado pelo Camões, I.P.

É universalmente reconhecido que a garantia do Estado de Direito só se consegue alcançar em democracia com o exercício pleno e eficaz das instituições jurídicas e judiciais. Tal passa, necessariamente, pelo exercício capaz, organizado e devidamente procedimentalizado destas instituições.

Quando se fala da justiça criminal, e sobretudo na prevenção e combate a formas de criminalidade mais complexas, como a criminalidade organizada e a de cariz económico-financeiro, torna-se notório que as difíceis e exigentes atividades da investigação criminal e da administração da justiça deverão ser acompanhadas por um consistente desenvolvimento de estratégias de organização e gestão dos serviços e dos procedimentos.

Multiplicam-se, à escala global, as iniciativas de reforma da justiça, moldando os mecanismos de governação e administração dos sistemas de justiça aos parâmetros mais exigentes de independência, de desempenho, de eficiência e eficácia, de qualidade do poder judicial, e, do mesmo modo, da diversificação e otimização da resposta da administração da justiça. São disso claro exemplo a instituição dos Conselhos Judiciários em muitas das designadas democracias emergentes, a reorganização do desenho e do mapeamento dos tribunais, mesmo nos países em que se encontravam mais consolidadas a separação e a independência dos tribunais, bem como a introdução de instrumentos de administração e gestão judiciários e extrajudiciários adequados às exigências das democracias atuais.

As dificuldades encontradas percorrem todas as dimensões de governação e organização destes sistemas, desde o nível mais cimeiro da estratégia do governo da justiça e das políticas da sua reforma, mas também na conformação da administração e gestão dos tribunais e, por último, na gestão e organização da própria tarefa da realização jurisdicional do direito. É reconhecida, neste ponto, a carência de formação e de profissionalização no âmbito das áreas de administração e gestão de tribunais, o que introduz na governação do sistema judicial um fator permanente de limitação e incapacidade.

Também o sistema de investigação criminal é credor desta atenção para com a estruturação e a sistematização de matérias de organização e gestão, de forma a adequar os resultados da atividade investigatória e probatória criminais aos propósitos da justiça criminal e à realização essencial do Estado de Direito democrático.

O seminário formativo que acontece entre os dias 28 e 30 de outubro de 2019 segue um programa composto por módulos teóricos e práticos em torno da organização e gestão do sistema de investigação criminal e do sistema judicial, encerrando com uma conferência sobre o mesmo tema no dia seguinte ao *workshop*.

Durante estes dias será promovida uma reflexão sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciários, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, e da abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.

A iniciativa integra-se no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste. O PACED é um projeto de EUR 8,4 milhões, financiado ao abrigo do programa regional de cooperação entre a União Europeia e os PALOP e Timor-Leste, cofinanciado e executado pelo Camões, I.P, que tem como objetivos prevenir e lutar contra a corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada. Esta iniciativa é implementada em parceria com o Ministério da Justiça da República da Guiné-Bissau, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Judiciária da República da Guiné-Bissau, além da ASMAGUI (Associação Sindical da Magistratura Judicial da Guiné-Bissau).

## OBJETIVO GERAL

- Melhorar a capacidade e a integridade das instituições políticas, administrativas e judiciárias guineenses, nas suas diversas dimensões, para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprofundar os temas da governação e da organização do sistema judicial, bem como da gestão da investigação criminal, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal.
- Refletir sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciais, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, tanto ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, como na abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.
- Promover o debate jurídico e judiciário em torno destas temáticas, consolidando as várias vertentes acima elucidadas e enumerando as boas práticas internacionais recomendadas (discernindo as melhores soluções organizativas e procedimentais, partindo da casuística e das experiências dos sistemas judiciais mais próximos); e
- Capacitar os atores judiciais neste domínio de especialização reforçando, para além disso, a cultura de garantia do Estado de Direito e de eficácia da lei criminal em concordância com as exigências dos estatutos profissionais daqueles e das implicações práticas e de concretização dos assuntos envolvidos.

## FORMATO

Este seminário seguirá o seguinte formato:

- Um dia de conferência internacional, em 31 de outubro de 2019, que contará com a intervenção de especialistas internacionais e nacionais sobre os diversos temas do seminário; antecedido de,
- Três dias de seminário formativo de acesso restrito (28 a 30 de outubro de 2019). Nestes dias serão abordados oito módulos temáticos de desenvolvimento teórico/ prático com o objetivo de identificar soluções organizativas e procedimentais à luz das boas práticas internacionais e das experiências comparadas.

## EQUIPAS DE TRABALHO DOS SEMINÁRIOS FORMATIVOS • 28 A 30 DE OUTUBRO DE 2019

Deverão ser constituídas duas equipas: uma composta por oradores/formadores internacionais e outra constituída por oradores/formadores nacionais.

- Primeira equipa:
  - Nuno Coelho, Juiz Desembargador e consultor científico do PACED. Responsável pela coordenação científica do seminário
  - José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro e consultor científico do PACED
  - Almeida Rodrigues, ex. Diretor Nacional da Polícia Judiciária
  - Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes, Juiz Desembargador e Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra
  - Helena Leitão, Procuradora e Diretora das Relações Internacionais do CEJ
- Segunda equipa:
  - Júlio Nhaga, Juiz
  - Joaquim António Correia, Juiz
  - Mónica Nancassa, Procurador
  - Domingos Sambu, Procurador
  - Bequi Eurizanda Sanó Jaló, Inspetor da Polícia Judiciária
  - Filomena Maria Vaz Mendes Lopes, Diretora Nacional da Polícia Judiciária

## **METODOLOGIA**

A metodologia de trabalho e as atividades propostas para cada tópico serão definidas em função do enquadramento específico definido com formadores e formandos. Serão utilizados métodos e técnicas expositivas (baseados em apresentações multimédia e outros suportes audiovisuais), complementados com métodos e técnicas ativas (como trabalhos de grupo e debate), através dos quais os participantes serão convidados a apresentar e comparar as diferentes abordagens. Além disso, serão disponibilizados dois manuais relativos à organização e gestão do sistema judicial e da investigação criminal que serão, também eles, objeto de complemento, aperfeiçoamento e adaptação de acordo com os resultados da discussão formativa.

## PROGRAMA • SEMINÁRIO FORMATIVO

*Seminário formativo: Governança e organização da justiça criminal*  
28 a 30 de outubro de 2019

### 1.º dia – 28 de outubro

#### A. Sistema de investigação criminal –

8:30H-10:00H: **1. Módulo – A investigação criminal: objeto e método**

10:00H- 10:30 pausa

10:30H-12:00H **2. Módulo – Gestão da investigação**

12:00H – 13:30 Intervalo para o almoço

#### B. Sistema de investigação criminal –

13:30H-14:30H: **3. Módulo – Garantia judiciária na investigação criminal**

14:30H-15:00H: pausa

15:00H-16:30H: **4. Módulo – Prevenção criminal e cooperação internacional**

### 2.º dia – 29 de outubro

#### A. Sistema judicial –

8:30H-10:00H: **1. Módulo – Governança e organização dos tribunais**

10:00-10:30H- pausa

10:30H-12:00H: **2. Módulo – Administração judiciária e jurisdição**

12.00H -13:30 Intervalo para o almoço

#### B. Sistema judicial-

13:30H-15:00H: **3. Módulo – Gestão dos tribunais**

15:00H-15:30: pausa

15:30H-16:30H: **4. Módulo – Gestão Processual**

### 3.º dia – 30 de outubro - *Workshop* sobre governança e organização da justiça

Neste *workshop*, dinamizado pela equipa de formadores internacionais e nacionais, pretende-se realizar:

- Um trabalho de aproximação aos sistemas guineenses de justiça e de investigação criminal, em torno das palestras e dos vários módulos A e B do seminário;
- Uma reflexão sobre a análise descritiva de ambos os sistemas em causa e que se encontra realizada nos manuais de organização e gestão acima mencionados, verificando a sua veracidade, atualidade e completude, corrigindo-a, complementando-a ou retificando-a, naquilo que for necessário;
- Uma abordagem da casuística discutida nos diversos módulos e das soluções de organização e gestão apresentadas para os mesmos; e
- Uma elaboração de sínteses e conclusões, aproximadas às boas práticas internacionais, sobre os diversos temas e assuntos tratados no seminário.